

CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - LEI 14.133/2021

Justificativa

Benefícios da Capacitação:

- ✓ Compreensão aprofundada da Lei 14.133/2021, seus princípios e impactos nas contratações públicas;
- ✓ Capacitação para designação e atuação dos agentes de contratação e pregoeiros, assegurando conformidade legal;
- ✓ Orientação sobre responsabilidades e riscos, incluindo erro grosseiro e medidas de mitigação;
- ✓ Conhecimento sobre fases da licitação, desde a preparação até a adjudicação e homologação;
- ✓ Diretrizes sobre critérios de julgamento, habilitação e condução da fase de lances;
- ✓ Análise de benefícios para ME/EPP, exigências de vistoria e regime de empreitada;
- ✓ Utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e transparência na publicidade dos atos;
- ✓ Aplicação do formalismo moderado na condução da seleção de fornecedores;
- ✓ Estratégias para negociação de propostas e julgamento de exequibilidade;
- ✓ Conhecimento sobre impugnações, sanções administrativas e nulidades processuais;

Objetivo

A capacitação tem como propósito fornecer suporte legal e operacional aos agentes de contratação e pregoeiros, garantindo que atuem conforme os princípios e diretrizes da Lei 14.133/2021. O curso abordará aspectos essenciais do metaprocessos de contratações públicas, desde a fase preparatória até a seleção do fornecedor, promovendo boas práticas e mitigando riscos operacionais e jurídicos.

Formar e capacitar servidores para atuarem nas aquisições feitas pela modalidade pregão (presencial e eletrônico), por meio do conhecimento de todas as etapas do procedimento (fases interna e externa) e da legislação aplicável.

Público Alvo

Servidores que atuam ou atuarão como pregoeiros ou como membros de equipe de apoio, além de presidentes e membros de Comissão de Licitação, gestores, auditores, assessores jurídicos e outros servidores da área de compras.

Conteúdo Programático:

SUPORTE LEGAL E OPERACIONAL AOS AGENTES DE CONTRATAÇÕES E PREGOEIROS

- Visão geral da Nova lei de Licitações e Contratos;
- Os princípios legais, especialmente segregação de funções;
- Os objetivos das licitações na Lei 14.133/2021;
- Metaprocessos de licitações e contratações;
- Cautelas na designação dos agentes de contratação;
- Vedações as designações;

- Requisitos e atribuições do Pregoeiro, Agente de Contratação e Comissão de Contratação;
- Equipe de Apoio;
- Responsabilização por erro grosseiro;
- Auxílio da assessoria jurídica e controle interno: em apoio aos agentes de contratações; e
- Prazo de adequações aos municípios de até 20 mil hab.

A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES

- Apoio do agente de contratação as equipes de planejamento;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP em apoio ao agente de contratação;
- Termo de referência e as informações de seleção do fornecedor;
- Projeto Básico e a área técnica de engenharia;
- Licitações para Registro de Preços?
- O Edital da licitação e seus reflexos:
 - ❖ Modalidades (Pregão, Concorrência, Concurso, Diálogo competitivo e Leilão);
 - ❖ Critérios de julgamento;
 - ❖ Modos de disputa;
 - ❖ Regimes de empreitadas;
 - ❖ Alterações na fase de lances;
 - ❖ Intervalo Mínimo dos lances;
 - ❖ Habilitação jurídica;
 - ❖ Regularidade fiscal e trabalhista;
 - ❖ Qualificação econômico-financeira;
 - ❖ Qualificação Técnico-profissional e técnico-operacional;
 - ❖ Garantia de proposta; e
 - ❖ Exigência de vistoria.
- Benefícios as ME/EPP (exclusiva e preferências);
- Avaliação de riscos nas licitações – Deserta/ fracassada;
- Publicidade e prazos;
- Impugnações e esclarecimentos ao edital e esclarecimentos;
- Modificações do edital;
- Orçamento sigiloso; e
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – qual sua finalidade?

PREGÃO e CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

- Formatos e preferência pelo eletrônico;
- Excepcionalidade do formato presencial;
- Julgamento preliminar das propostas cadastradas;
- Comunicação entre licitantes e pregoeiro;
- Lances e exclusão de lances;
- Fase de julgamento da proposta;
- Negociação de propostas – técnicas de negociação;
- Questões afetas à exequibilidade das propostas;
- Julgamento de habilitação;
- Aplicação do formalismo moderado na sessão de julgamento;
- Intenção de recursos:
 - ❖ Prazos e competências para análise e julgamento;
 - ❖ Efeito suspensivo.
- Adjudicação;
- Homologação;
- Anulação e Revogação;
- Diligências e saneamento de falhas;

- Infrações cometidas por licitantes no processo licitatório;
- Nulidades do processo e responsabilidade do pregoeiro.
- Recusa para a formalização do contrato e a reabertura do procedimento de negociação.

ATUALIZADO COM:

➤ **ACÓRDÃO 803/2024 - PLENÁRIO TCU.**

Extremamente importante na definição da Corte em entender que interpretação a ser dada ao art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, que define a inexecução de propostas em licitações de obras e serviços de engenharia presunção de inexecução é relativa, definindo que a administração realizar diligências para verificar a viabilidade da proposta.

➤ **AGU PARECER n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU**

Regularidade do cumprimento da exigência de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social por empresas licitantes. A questão central é se uma empresa que declara cumprir essa exigência, mas que possui um auto de infração ou certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE) atestando o não cumprimento, pode ser considerada habilitada em um processo licitatório?

Ministrante: GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO

Especialista em Direito Administrativo pela PUC-MG e Direito Processual Civil pela Uniderp; professora de cursos na área de licitações, contratos e penalidades para servidores e empresas; professora de Direito Administrativo no curso preparatório para prova da OAB na Faculdade INSTED Campo Grande/MS, servidora efetiva do TRE/MS há 20 anos, atuante por mais de 15 anos com Licitações e Contratos, penalidades administrativas, chefe da Seção de Licitação e Compras e Pregoeira e presidente de comissão de contratação.

Informações:

Data: 25 e 26 de junho de 2025

Horário: 8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30.

Cidade: Campo Grande/MS

Local: Indaiá Park Hotel - Av. Afonso Pena, 354 – Bairro Amambai

Incluso: Pasta em couro ecológico, Apostila, Caneta, Certificado e Coffee Break.

Carga Horária: 16 h/a.

Investimento: **R\$ 1.580,00**

Contato: 67 3253-4267 / 67 99889-0508 **WhatsApp**

E-mail: adm@legislartreinamentos.com.br

Dados para Empenho:

VALDIRENE APARECIDA DE SOUZA

CNPJ: 49.504.587/0001-65

Endereço: Gabinete, Nº597 – Vila Ipiranga - CEP:79080-680
Campo Grande/MS

Dados Bancários:

0260 - NU PAGAMENTOS S/A

Importante:

Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:

Por Iniciativa da **LEGISLAR TREINAMENTOS**: o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início.

Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 72 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago. Há possibilidade de substituição do participante.